



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/ FAGED  
CURSO DE PEDAGOGIA

Luciana de Almeida Miranda

AS MATIZES HISTÓRICAS DA QUESTÃO DE GÊNERO E SUA  
CONFIGURAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO.

Salvador – Bahia  
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/ FAGED  
CURSO DE PEDAGOGIA

Luciana de Almeida Miranda

AS MATIZES HISTÓRICAS DA QUESTÃO DE GÊNERO E SUA  
CONFIGURAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO.

Monografia apresentada ao Colegiado  
de Pedagogia da Faculdade de  
Educação – Universidade Federal da  
Bahia, como requisito para conclusão  
do curso de Pedagogia sob  
orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dra. SANDRA  
MARIA MARINHO SIQUEIRA.

Salvador – Bahia  
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/ FAGED  
CURSO DE PEDAGOGIA

Luciana de Almeida Miranda

AS MATIZES HISTÓRICAS DA QUESTÃO DE GÊNERO E SUA  
CONFIGURAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO.

BANCA EXAMINADORA:

NAIR CASAGRANDE

RILMAR LOPES DA SILVA

ORIENTADORA:

SANDRA MARIA MARINHO SIQUEIRA

## DEDICATÓRIA

Já são tantas, milhares, uma verdadeira rama, florescendo por todo o planeta. São Maria-sem-vergonha de ser mulher. São mulheres se agrupando, misturando suas cores, gritando seus encantos, exibindo suas verdades. São domésticas, bailarinas, artistas, médicas, estudantes, bancárias, professoras, escritoras, garis, brancas, negras, índias, meninas... agricultoras... São sem-vergonha de lutar, acreditar, denunciar, exigir, reivindicar, sonhar... São Maria-sem-vergonha de dizer que ainda falta trabalho, salário digno, respeito... que ainda são vítimas da violência, da porrada, do assédio, do estupro, do aborto, da prostituição, da falta de assistência...São Maria-sem-vergonha de brigar por creches, educação, saúde, moradia, terra e comida, meio ambiente, pelo direito de ter ou não filhos... Maria-sem-vergonha de decidir, fazer política, escolher e ser escolhida. São essas sem-vergonha que a cada tempo mudam a história. Conquistam direitos; Dão vida; Geram outras vidas...Insistentemente, desavergonhadamente vão tecendo de cor e beleza, o desbotado das relações humanas. Sem medo, sem disfarce, sem vergonha de ser feliz vão parindo com dores e delícias um novo mundo para mulheres e homens. (Autor desconhecido)

Dedico este trabalho à todas as mulheres guerreiras, a todas às Maria sem-vergonha, as minhas antepassadas, minhas contemporâneas e as que estão por vir.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e imensamente a DEUS, pela minha vida, pela pessoa que sou hoje, pela pedagoga que estou me tornando e, assim, desse modo, acredito estar apta a dar também a minha contribuição para o mundo.

À minha família; a paiho José Silva Miranda (in memoriam) que sempre me incentivou a estudar e por confiar em mim; a mainha Maria Celsa de Almeida Miranda que me educou com paciência, carinho e cuidados; a André pela calma que me passa; a Silvia, pela determinação e força; a Adriana pelas brigas constantes, mas que tem me feito crescer; a Rovânio por me ensinar a amar apesar de qualquer circunstância, pelo seu carinho, pela sua atenção, por me dizer coisas tão lindas, por me ensinar cada dia mais com sua presença.

Quantas e quantas vezes fui estrangeira em meu próprio território. Por isso, agradeço à psicóloga Rosana Rebouças por me ajudar a percorrer um difícil caminho: o interior de mim mesma.

Aos meus tios e tias que apesar da distância, me ensinaram muito. E aos meus tios e tias “emprestados (as)”, Pedro José Maciel (a quem estimo e respeito muito), Roberto Muller, D. Olga pelos momentos de alegria e cumplicidade. À minha madrinha que sempre tem uma palavra acalentadora.

À Daniella, que pra mim é mais que uma prima, é uma amiga, uma irmã. À Elaine pela “rudeza” e persistência, apesar de tantos problemas. E a todos os meus primos e primas pela torcida.

Ao meu namorado Francisco, pelo bom humor, pela confiança, pelo carinho e pela presença.

Há quem diga que amigos são a família que Deus nos permitiu escolher: Arilma (amiga-irmã), a quem expresso toda a minha admiração, respeito e afeto; Aline Nayana, Liliane Nascimento, Roberto Fernando Sobrinho,

Alessandro Carvalho, Evangelina Pimentel, Viviane Sena, Suelen Carolina, Marcos Epifânio Barbosa (pelas orações), Taísa Alves, Érica Sena, Daiane e Dilmara, obrigada pela amizade e cumplicidade.

Aos funcionários da FACED; da portaria, da limpeza, do Colegiado, da Secretaria, enfim todos, pela contribuição e socorro nos momentos necessários, nestes 4 anos.

Aos professores da Faculdade de Educação da UFBA, meus exemplos e mestres, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus alunos que muito contribuíram na minha formação de pedagoga, que muito me ensinaram e a forma como compartilhamos conhecimentos, ensinamentos. Obrigada!

A todas as meninas das duas gestões do Diretório Acadêmico, da qual fiz parte. Com vocês, aprendi muito. E por isso, eu posso afirmar com toda a certeza que eu não passei pela universidade, eu a vivi.

À minha orientadora Sandra Marinho, que eu amo de paixão, uma pessoa que eu admiro pela luta, pelo jeito simples de ser e de ensinar, pela sabedoria. Enfim, por ter me suportado nessa orientação, agradeço infinitamente. Muito obrigada!

Enfim a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente para meu crescimento pessoal, profissional e emocional. Obrigada de coração!

*É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louca, que em conformidade viver...*

*(Martin Luther King)*

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>1 Epítome Histórica.....</b>	<b>14</b>
1.1 Mitos, parábolas, crenças – fábrica de manutenção das diferenças.....	15
1.2 Evolução dos Direitos das Mulheres no Brasil.....	22
<b>2 Visões e vertentes sobre a questão de gênero.....</b>	<b>27</b>
2.1 Nas teias do gênero.....	28
2.2 Identidade de Gênero.....	31
<b>3 A relação do Gênero com a Educação.....</b>	<b>35</b>
3.1 Educação para a reprodução ou para a transformação?.....	36
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>42</b>



## RESUMO

O presente estudo visa compreender as relações existentes entre gênero, identidade de gênero e educação. Este estudo de caráter qualitativo tem como respaldo teórico autores e autoras, cuja produção traz contribuições quanto ao gênero e identidade de gênero: Fagundes (2005), Louro (1997), Saffioti (1987), Banditer (1993), Cravo (2006), Bourdieu (2003), Scott (1991), Silva (2000); e sobre educação: Tonet (2006), Gandini (1980), Gohn (2001), McLaren (2002), Hernández (1998).

A análise da bibliografia dos autores mencionada permitiu identificar os modos através do qual a educação vem reforçando estereótipo sobre masculinidade e feminilidade.

O objetivo básico deste estudo é verificar quais são as relações existentes entre gênero, a escola, a educação (processo educativo), e de que forma essas possíveis relações podem ser consideradas e resignificadas.

Palavras-chave: Gênero, Identidade de Gênero e Educação.



---

## INTRODUÇÃO

A partir da minha convivência mais constante e das vivências eventuais com figuras masculinas, fui percebendo o quanto as mulheres são oprimidas, o quanto os comportamentos sociais e privilégios reforçam a dominação masculina.

Apesar de ainda não ser a maioria, já nasceu “um novo tipo de mulher, que é interiormente livre e independente” (Kolontai, 2007, p.23). “São estas mulheres do novo tipo que rompem com os dogmas que a escravizavam”. (Kolontai, p.24). Um novo tipo de mulher que não se cala diante de injustiças, que muitas vezes é explorada duplamente, mas que persiste e luta todos os dias por uma mudança, por uma vida digna. Algumas mulheres lutam por transformações mais radicais, como a superação da sociabilidade capitalista.

Em seu livro “A Nova Mulher e a Moral sexual”, Kolontai (2007) destacou as características da nova mulher que nascia: “A autodisciplina, em vez de um sentimentalismo exagerado; a apreciação da liberdade e da independência em vez da submissão e da falta de personalidade; a afirmação de sua individualidade e não os esforços estúpidos para se adaptar ao homem amado; a afirmação do direito de gozar os prazeres terrenos e não a máscara hipócrita da ‘pureza’; e, finalmente, a subordinação das aventuras do amor a um lugar secundário na vida. Diante de nós temos não uma fêmea, nem uma sombra do homem, mas uma mulher-individualidade”.

Percebem-se, já, algumas mudanças históricas com relação a condição de subordinação do gênero feminino em que as mulheres obtiveram grandes vitórias no campo pessoal e no profissional, como por exemplo a entrada no mercado de trabalho, políticas públicas para a mulher, lutas femininas pela igualdade de gênero, dentre outras, porém não a ainda desejada. Por que a mulher não é considerada na sociedade como pessoa de direitos, emoções, sensações, necessidades, consciência e autonomia?

Algumas mulheres e homens acreditam na idéia de uma superioridade masculina (já que a mulher também contribui, ora de forma ativa, ora de forma passiva, para a manutenção dos esteriótipos e das diferenças, sócio-

historicamente construídas entre os sexos) e também “tem pouco costume de levar em consideração a psicologia feminina – a incapacidade para compreender seus sentimentos – conduz a não presta a menor atenção à alma da mulher, como vai ainda muito além: conduz os homens a ignorar totalmente, com a mais surpreendente ignorância, as sensações fisiológicas da mulher” (Meisel – Hess apud Kolontai, 2007). E ainda, segundo Bourdieu (2003), a sociedade tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça, afirmando e justificando tudo pela biologia, o que ele chama de “biologização do social” ou “socialização do biológico”.

A tese do darwinismo social tem sido usado para compreensão das relações de dominação ou opressão social do homem sobre a mulher, tem ganhado contornos significativos no atual contexto de violenta colisão entre trabalho e capital. Autores como Bourdieu, se aproximam muito das concepções durkheimiana e weberiana, porém o mesmo assevera ter uma aproximação em Marx, causando polêmicas no seio da academia, particularmente de pesquisadores marxistas.

A natureza da pesquisa é de cunho bibliográfico, revisitando a literatura que versa sobre a temática em foco, visando compreender a relação acima mencionada. Pela própria natureza do tema, a produção teórica analisada não é específica de uma área de conhecimentos, abrangendo formulações de sociólogos, psicólogos, filósofos, pedagogos.

E é nessa perspectiva que o presente estudo será baseado a partir de documentação bibliográfica, em que o referencial básico de análise é a produção de alguns autores brasileiros ligados ao estudo de gênero Fagundes<sup>1</sup> (2005), Lima, dentre outras e da educação Arroyo (2001), dentre outros educadores, tendo recorrido a traduções de autores estrangeiros Joan

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1981/2001). Professora titular da Universidade Salvador - UNIFACS e professora participante especial do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.

<sup>2</sup> Formado em Direito pela Universidade de Moscovo (1918). Fundador da escola soviética de psicologia, que deu origem ao socioconstrutivismo.

<sup>3</sup> Formado em Filosofia, em 1954. Desenvolveu ao longo de sua vida, muitos trabalhos abordando a questão da dominação.

Scott (1991), Vygotsky<sup>2</sup> (1998), Bourdieu<sup>3</sup> (2003), Marx (2006), Kolontai (2007), McLaren (2002), entre outros. Na medida em que foi necessário o esclarecimento de pontos ainda não abordados ou para tentar detectar a origem de determinadas linhas de pensamento, vinculadas a temática em foco, qual seja: a questão de gênero e suas relações com a educação.

A metodologia utilizada é centrada na análise de textos dos teóricos das duas áreas consideradas (gênero e educação), procurando pautá-la pela abordagem crítica. Para efeito metodológico, o trabalho foi dividido em três capítulos, relacionados entre si. O primeiro capítulo, tem por objetivo analisar historicamente o percurso da mulher ao longo da História e demonstrar as implicações que os mitos, parábolas, lendas trouxeram para a formação da identidade feminina. No segundo capítulo, verifica-se as várias formas de entendimento do gênero e da identidade de gênero. E no terceiro e último capítulo, analisá-se a relação do gênero e educação, destacando a importância, os equívocos e a serviço de quem a educação têm sido utilizada.

E por fim, as conclusões inconclusas desse estudo, no qual está sendo destacado que os indivíduos devem ser educados de modo a minimizar os preconceitos e discriminações, a fim de que a sociedade aprenda a valorizar o ser humano pelo seu caráter e valor moral, respeitando os indivíduos na sua própria identidade.



---

## CAPÍTULO I - Epítome Histórica

## 1.1 Mitos, parábolas, crenças – fábrica de manutenção das diferenças.

Ao se analisar mitos, credences pode-se perceber o uso da linguagem simbólica para transmitir valores e fazer penetrar idéias na complexa estrutura da sociedade.

Durante muito tempo a mulher foi considerada como um terreno em que era plantada a semente da vida pelo homem. A função da mulher era ser mãe, de fazer crescer e germinar somente. Pensavam assim, Platão e Aristóteles, considerados sábios na antiguidade. Para eles, o homem com seu sêmen era o único responsável pela concepção, era quem insuflava alma, vida e movimento à matéria inerte e que a mulher era tida apenas como um receptáculo que precisava frutificar.

Observa-se também na história da criação do mundo (contada através de lendas ou metáforas) que a mulher sempre deveria ser submissa ao homem por algum motivo. E ainda a mulher era a causadora de todos os infortúnios da humanidade. Rousseau afirmava que “a depender do sexo, ocupar-se-iam lugares diferenciados na ordem física ou moral [...], um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco [...] a mulher foi feita para agradar e para ser subjugada.” (ROSSEAU apud FAGUNDES, 2005). Esse pensamento foi registrado/inculcado nas pessoas, na Bíblia:

*Então Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra. Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. Deus os abençoou: frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. (...).*

*O Senhor Deus formou, pois o homem do barro da terra, e inspirou-lhe nas narinas um sopro de vida e o homem se tornou um ser vivente. (...)*

*O Senhor Deus disse: não é que o homem esteja só; vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada (...). Então o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar. E da costela que tinha*

*tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e levou-a para junto do homem. (...)  
Quando comeram do fruto proibido, Deus disse a mulher: 'multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás luz com dores, teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio. (grifos nosso)  
(Gênesis, Cap. 2).*

E a partir daí, segundo a bíblia, o pecado [na mulher] faria parte de sua natureza mais íntima e subjetiva, além de ser fraca e susceptível era também altamente vulnerável aos desejos humanos e pecados mais degradantes, tudo por conta da fragilidade moral do sexo feminino. Para a Igreja, a justificativa da repressão da mulher era simples: o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade.

E durante muito tempo, a idéia de que a mulher, por ter sido convencida pela serpente, só prova a debilidade de seus princípios morais e reunião em si dos piores predicados. São Paulo, na Epístola aos Efésios não deixa dúvidas: “ As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja...como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos.” (Cap. 5: 22-24)

A mulher tinha de ser permanentemente controlada, tendo em vista que partilhava da essência de Eva. Na Idade Média, nunca se perdia a oportunidade de lembrar as mulheres o temível mito do Éden. E Paulo em mais um dos seus escritos, determina “durante a instrução, a mulher conserve o silêncio, com toda submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou doutrine o homem (...). E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que seduzida, caiu em transgressão. “ ( TIMÓTEO, 2: 9-15)

A convicção externada era a de que “ houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva (...), contrária a retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito e sempre decepiona a mente”. (Priori, 1997)



A mulher foi criada culturalmente para se sentir culpada, transgressora e inferior ao homem por questões superiores e divinas. Assim, desde muito cedo a mulher devia ter seus sentimentos devidamente domesticados e abafados. E a maternidade tornava-se algo sagrado e a aproximava de Maria, a mulher que pariu virgem o salvador do mundo e era exemplo de submissão.

Por isso, a maternidade, o dar luz à uma criança tornou-se algo que poderia aproximar a mulher do perdão do pecado original. E a partir daí, é como se a maternidade fosse a sua vocação natural, como afirma Arán (2003, p.404 apud Andrade 2005, p.218) [...] tanto a noção cultural de mulher proclamada pelos moralistas, como também a idéia científica do sexo feminino, foram marcadas por esta função de mãe que penetrou no corpo da mulher e acabou por definir a sua essência”, ou seja, a mulher deve resumir a sua vida à procriação e a submissão. Essa é uma visão profundamente ambígua do ser feminino, ora assemelhada à Eva, ora assemelhada à Maria; ora criticada, ora valorizada.

Vista como uma soma de atributos positivos e negativos (ao mesmo tempo que as mulheres eram vistas como criaturas inferiores e degradadas, dadas aos homens para servirem como auxiliares, eram também vistas como santas, com poderes místicos).

*Esse exagero sobre as virtudes das mulheres é um acompanhamento freqüente da inferioridade delas. Ou uma culpa inconsciente pela opressão das mulheres oferece uma glorificação compensadora de seus poderes místicos ou, o que talvez seja mais provável, o poder religioso das mulheres tão assinalado na sociedade primitiva, a que talvez sua degradação seja uma resposta, vem à tona após o fato para justificar a afirmação da autoridade masculina. (Nye, 1995, p.86)*

Então desse modo, a mulher transformava-se num ser extremamente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas extremamente rígidas que garantissem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantiria a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva.

As mulheres sempre foram motivo de inquietação para a sociedade, por causa da definição de numerosos papéis femininos, como afirma esse trecho retirado de um jornal:

*A mulher que foi a perdição para o pai Adão, para Sansão a morte, e para Salomão uma vingança, é, para o médico, um corpo; para o juiz uma ré; para o pintor, um modelo; para o poeta, uma flor; para o militar, uma camarada; para o padre, uma tentação; para o enfermo, uma enfermeira; para o são, uma enfermidade; para o republicano, uma cidadã; para o romântico, uma diva; para o versátil, um brinquedo, para o gastrônomo, uma cozinheira; para o menino, um consolo; para o noivo, um desejo; para o marido, uma carga; para o viúvo, um descanso; para o pobre, uma calamidade; para o rico, uma ameaça; para o jovem, um pesadelo; para o velho, um inimigo; para o homem, um estorvo; para o diabo, um agente; para o mundo, uma força; e, para o tipógrafo... uma página. (Jornal do Comércio, Desterro, 1881).*

A lenda grega da criação da mulher também culpa a mulher pelos males da humanidade. A mulher costuma aparecer como a principal transgressora na mitologia. Como nos sinaliza a lenda a Caixa de Pandora:

*A mulher não fora ainda criada. Júpiter a fez e enviou-a a Prometeu e seu irmão, para puni-los pela ousadia de furtar o fogo do céu, e ao homem, por tê-lo aceito. A primeira mulher chamava-se Pandora. Foi feita no céu, e cada um dos deuses contribuiu com alguma coisa para aperfeiçoá-la. Depois a mulher foi mandada à terra e oferecida a Epimeteu, que de boa vontade a aceitou, embora advertido pelo irmão para ter cuidado com Júpiter e seus presentes. Epimeteu tinha em sua casa uma caixa, na qual guardava certos artigos malignos, de que não se utilizara, ao preparar o homem para sua nova morada. Pandora foi tomada por intensa curiosidade de saber o que continha aquela caixa, e, certo dia, destampou-a para olhar. Assim, escapou e se espalhou por toda a parte uma multidão de pragas. Pandora apressou-se em colocar a tampa na caixa, mas, infelizmente, escapara todo o conteúdo da mesma, com exceção de uma única coisa, que ficara no fundo, a esperança. (Texto extraído do artigo publicado na internet: O Mito de Prometeu e Pandora – A criação do homem e da mulher, de Elaine C. Prado dos Santos).*

Outro mito que reforça a questão de um estado imutável do ser humano é descrita por Platão (apud Fagundes, 2005, p. 15), extraído do texto chamado *O Banquete*, que narra à origem dos seres humanos e do amor. Esse mito apresenta o amor como estado da alma, em que a escolha de um cônjuge passa a ser vista como condição de felicidade. Ama-se, então, um conjunto de idéias sobre o amor e essa fantasia é muito vigorosa nas mulheres, repassada através de uma educação familiar reforçada a todo instante, por meio de atitudes implícitas e explícitas.

*Os homens tinham na sua origem, órgãos duplos, formas arredondadas, quatro mãos, quatro pernas, dois órgãos de geração, duas faces, quatro orelhas e uma só cabeça. Havia três sexos distintos que correspondiam ao masculino, ao feminino e ao andrógino, que participava do masculino e do feminino. O masculino vinha do sol (Hélio), o feminino, da terra (Gaia) e o andrógino, da lua (Selene). Os humanos eram redondos como os astros, seus progenitores, o que os tornava robustos e muito velozes. Também eram muito audaciosos e um dia resolveram alçar aos céus e atacar os deuses. Zeus, enfurecido, enfraqueceu-os, dividindo-os ao meio. Diz o mito que, a partir de então, cada metade pôs-se a procura da outra. Seus órgãos que antes eram posteriores e só podiam fecundar com a terra, foram colocados na frente e começaram a procriar entre si, homens e mulheres. Em relação ao amor isso diferia, porque o encontro de uma metade com qualquer outra, dava um estado de felicidade. Mesmo assim, isso não correspondia ao estado de plenitude anterior, de seres integrados na sua totalidade. [...] Homens e mulheres, são hoje essas metades ambulantes, desejanter de totalidade.*

Desse modo, o amor, tornou-se, então um sentimento da propriedade privada. Nos alerta Kolontai (2007, p. 47), “já é hora de ensinar à mulher a não considerar o amor como a única base de sua vida e sim como uma etapa, como uma forma de revelar seu verdadeiro eu”. A organização da família como a conhecemos, tem origem com a propriedade privada, acarretando a derrota histórica em escala mundial do sexo feminino, devido o poder que a propriedade concede aos homens que a possui. Portanto, o casamento se firma na propriedade e não no amor.

Em certas tribos nômades do Meio Oriente ainda se acredita que a mulher foi, originariamente, um camelo, que na ânsia de servir seu mestre de todas as maneiras foi se transformando até adquirir sua forma atual, fazendo-nos acreditar que existe um desejo da mulher de ser submissa; ou seja, o desejo masculino corresponderia ao desejo de posse e o feminino o desejo da dominação masculina. Numa relação recíproca e passiva. É o que Bourdieu chama de “subordinação erotizada ou, reconhecimento erotizado da dominação”. A dominação torna possível a alienação, a domesticação. Neste sentido também afirma Badinter (1993, p.99): “[...] a identidade masculina está associada ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força. A identidade feminina, ao fato de ser possuída, dócil, passiva, submissa”.

Nas tribos e sociedades primitivas, a mulher era livre e tinha autonomia. Era assim, porque ainda não se sabia da necessidade do homem na reprodução da espécie. Existia como forma de organização familiar, o matriarcado. Quando o homem se dá conta da sua participação no processo reprodutivo e com o surgimento da propriedade privada, inicia-se uma visão periférica e submissa da mulher na sociedade.

Daí é que surge o processo de aprisionamento físico e de comportamentos (com relação à virgindade, fidelidade, amor incondicional, ao mito do amor materno) das mulheres que durou vários séculos e essas passaram a ser subjugadas ao marido, pai (qualquer figura masculina) que a sustentava, portanto, a dependência econômica da mulher aliada a um conteúdo moral herdadas das gerações anteriores das mães e avós. Essas concepções de vida conformam à mulher a determinados comportamentos de submissão. Segundo Kolontai (2007, p. 39):

*A solução para este complicado problema só é possível mediante uma reeducação fundamental de nossa psicologia, reeducação esta que só é possível por uma transformação de todas as bases sociais que condicionam o conteúdo moral da humanidade.*

Percebe-se com isso, que a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo, porque a imagem idealizada das mulheres desconsiderava a classe social a que pertencia. Todas as mulheres, independente de classe, cor, raça, religião eram discriminadas pelo fato de ser mulher e estas começaram a ser mitificadas e estereotipadas com a criação da propriedade privada, em que o macho começou a delimitar espaços e posses.

*“A igualdade da mulher só se pode obter quando a classe trabalhadora cumprir sua missão histórica” qual seja a de “libertar a humanidade, e, portanto, a mulher de toda exploração e opressão” de modo que “a questão da mulher se converta assim em um componente da teoria e da prática da luta por libertação da classe trabalhadora”. (August Bebel)*

## **1.2 Evolução dos Direitos das Mulheres no Brasil**

Ao longo da história, em todo o mundo, a mulher tem convivido numa forma de ostracismo social, não porque deixe de produzir ou participar socialmente, mas porque foi e é negado o seu direito básico de participação social.

Aqui no Brasil não foi diferente, a primeira Constituição, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 1824, não assegurava as mulheres um tratamento igualitário, já que elas não eram consideradas cidadãs. A mulher não podia votar, nem ser eleita, e nem ser funcionária pública. As formalidades jurídicas atendiam as mulheres com as menores garantias. As teorias e práticas liberais difundiam o princípio da igualdade, mas negavam às mulheres o acesso à cidadania <sup>2</sup>, através da ênfase na diferença entre os sexos e tal imagem seria revigorada a partir das descobertas da medicina e da biologia que ratificavam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão versus mulheres, coração, sensibilidade, sentimentos.

Após a Proclamação da República, é pensada uma nova educação para a mulher, como nos remete José Veríssimo (1985, p. 122):

*Todo programa de educação há de atender a duas condições, o interesse do educando e o interesse da coletividade em vista da qual se faz a educação. O interesse do educando é indicado pela natureza ou emprego da atividade a que ele se destina; o da coletividade, pelas suas condições e prospectos no meio das outras sociedades humanas. A mulher*

---

<sup>2</sup> Segundo Ivo Tonet, a cidadania por suas origens e sua função na reprodução do ser social, representa uma forma de liberdade, certamente muito importante, mas essencialmente limitada. Para ele, a efetiva emancipação humana é, por seus fundamentos e sua função social, algo radicalmente distinto e superior à cidadania, que é parte integrante da emancipação política.

*brasileira, como a de qualquer outra sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia de sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções. Nem as há, ou pode haver mais difíceis, nem mais importantes e consideráveis e, portanto, mais dignas e mais nobres e, se houvessem de ser desempenhadas na perfeição, requerer-se-iam na mãe de família mais capacidades do que têm de comum ainda os mais capazes chefes de Estado. Se esse ideal, como todos os ideais não podem ser atingidos, nem por isso devemos abandoná-lo, porque, em moral, para alcançarmos o mínimo compatível com a imperfeição humana, havemos de pretender o máximo.*

Ou seja, a Constituição Republicana de 1891, também não garantia as mulheres seus direitos políticos. Foi a Constituição 1934 (cento e dez anos após a primeira constituição), outorgada pelo presidente Getúlio Vargas (conhecido como pai dos pobres, por ter instituído a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho), que introduziu o princípio da igualdade entre os sexos, proibindo a diferença de salário entre homens e mulheres para as mesmas atividades e garantindo assistência médica e sanitária às gestantes, além de descanso remunerado antes e depois do parto. A constituição de 1937, da segunda era Vargas, manteve as conquistas das constituições anteriores e acrescentou o direito de voto para as mulheres.

Com a ascensão do capitalismo a família perde seu caráter de unidade produtiva, que passa a ser a fábrica. Há a separação do mundo do trabalho (público) do mundo da família (privado); institui-se a divisão sexual do trabalho, as mulheres também são requisitadas para o mundo do trabalho só que com os salários inferiores e jornadas excessivas. As condições ruins de trabalho fazem com que as mulheres tomem consciência da sua situação de inferioridade.

E nos anos 1970, em oposição às ditaduras militares no continente latino-americano e a demanda por democracia, se abrem espaço para as reivindicações pelos direitos políticos das mulheres. A onda de mobilização

popular e os movimentos sociais, dentre eles o movimento de mulheres, e outras manifestações provocaram uma nova maneira de formular demandas sociais, políticas e culturais. Daí os movimentos feministas tiveram que enfrentar um duplo desafio: compreender e explicar as formas de subordinação das mulheres e propor alternativas de luta para transformar essa condição.

Após isso, surgem então duas tendências feministas: o feminismo burguês (liberal e sufragista), que é uma corrente moderada, composto por mulheres de classe média ou “b” que não questiona o papel tradicional das mulheres na sociedade (esposa e mãe), não questiona a desigualdade no mercado de trabalho e a dupla jornada, essa corrente limitou-se a reivindicar reformas jurídicas relativas ao “status” da mulher, baseando-se na concepção liberal de que a igualdade de direitos jurídicos seria suficiente para acabar com a discriminação e opressão contra as mulheres.

E o feminismo socialista, que surge após a publicação do Manifesto Comunista (Marx e Engels) e atuava dentro dos partidos e sindicatos, sendo criado posteriormente seções ou departamentos de mulheres, viam a questão da opressão feminina como consequência do surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes, não se consideravam mulheres oprimidas, mas como parte dos pobres oprimidos, seus aliados não eram conferencistas reformadoras em favor do voto feminino, mas as mulheres e homens que eram seus companheiros de trabalho e companheiros de sofrimento; acreditavam que a erradicação da exploração do trabalhador e a socialização dos meios de produção, transformariam a sociedade em igualitária em todos os sentidos, não reconheciam as questões específicas das mulheres e regiam contra reivindicações feministas, por considerá-las um fator de divisão do movimento proletário internacional.

A Constituição de 1988, que nasceu da redemocratização do país propôs e conseguiu introduzir algumas garantias fundamentais para as mulheres, dentre elas: 1) Igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações na vida civil, no trabalho, na família; 2) Direitos Humanos: inviolabilidade da



intimidade, inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas; 3) Direitos Trabalhistas: trabalhadoras urbanas e rurais têm os mesmos direitos, proibição de diferença de salário, admissão e função por motivo de sexo, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, salário mínimo fixado por Lei, licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 (cento e vinte) dias; 4) Família: as inovações nas questões da família foram as mais significativas para as mulheres: os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal passariam a ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, a família pode ser formada por qualquer um dos pais e seus filhos, família monoparental, o prazo para requerer o divórcio diminuiu, o estado cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher; 5) Direitos à Propriedade: a mulher passou a ter direito ao título de domínio e concessão de uso da terra, independente de seu estado civil.

O movimento feminista se baseia na questão da desigualdade no complexo do trabalho. Portanto, a abordagem dada aos problemas de gênero se relacionava ao caráter de classe. Não obstante, o desenvolvimento das tendências multiculturalistas, a questão de classe nos anos 1990 perde o caráter determinante. Há um deslocamento de enfatizar as diferenças em detrimento da igualdade.

Uma das obras clássicas que trata a questão da mulher sob os influxos da classe social, Saffioti (1976) em “A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade”:

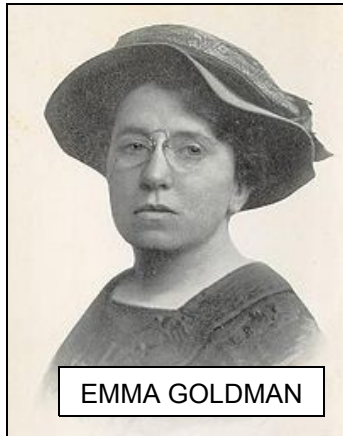
*A determinação renovada da força de trabalho, do produtor imediato constitui o melhor índice de sua integração nas sociedades de classes. Eis por que será tomada aqui a atividade trabalho como fio condutor da análise da problemática da mulher tal como ele se apresenta nas sociedades competitivas. (SAFFIOTI, 1976, p.31)*

A divisão sexual do trabalho numa sociedade de classes remete necessariamente as mulheres para o campo da reprodução biológica e a afasta de outros campos, particularmente, do campo sócio-político.

Para Marx, a dominação patriarcal se relaciona com as relações das famílias aristocratas e burguesas fundadas sobre a propriedade privada e o poder masculino.

Ao deslocar a análise de gênero da classe, é reforçada a concepção do patriarcalismo com algo inerente à natureza sexual humana. Isto significa dizer que o poder do homem sobre as mulheres se equipara às relações estabelecidas entre eles. Há uma tendência a naturalização da relação baseada na diversidade biológica entre homens e mulheres.

A igualdade da mulher, assegurada nas leis é meramente formal, programática. Na prática ela não se efetivou, pois a base material da sociedade classista se manteve inalterada. Pelo fato da mulher se encontrar numa situação de coerção subjugada ao poder do macho numa sociedade marcada pela luta de classe, a liberdade tanto das mulheres quanto a dos homens oprimidos pela lógica perversa do capital é meramente ilusória.



EMMA GOLDMAN



ROSA LUXEMBURGO



ALEXANDRA  
KOLLONTAI



CLARA ZETKIN

---

## CAPÍTULO II - Visões e vertentes sobre a questão de gênero

*Ouso dizer que às vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão.*

(Frances Wright, feminista inglesa, em 1822)

## 2.1 Nas teias do gênero

Como se define/ classifica, hoje, alguém como homem ou mulher? Que critérios são considerados para proceder a essa classificação? O critério de classificação prescrito pela nossa sociedade, em seus códigos e leis, em sua tradição, são os critérios: genital (considerando, fundamentalmente, as diferenças genitais masculina e feminina) e o bio-psico-fisiológico (considerando a questão biológica como determinante na construção da psique). Como nos diz Bourdieu (2005), vê-se a “natureza biológica funcionando como uma essência em que se deduzem implacavelmente todos os atos da existência.” Esse critério é válido atualmente, e tem sido ao longo da história. O gênero foi durante muito tempo um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres.

A palavra gênero não tem um conceito bem definido, mas foi muito utilizada e também está diretamente ligado à história do movimento feminista. O movimento definiu essa palavra, com o objetivo de “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, sendo necessário acentuar, “através da linguagem, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. (Louro, 2004, p.21)

Segundo FAGUNDES (2005), gênero é uma construção sociocultural e política que opera através de representações e estereótipos de feminilidade e de masculinidade, ou seja, não se nasce mulher, torna-se mulher. (BEAUVOIR, 1987, p.9). Sexo relaciona-se ao biológico e gênero à elaboração cultural. Neste contexto, feminino e masculino são construções culturais aprendidas, que podem variar no tempo e no espaço. Além de não serem

imutáveis, feminino e masculino, pelo contrário, são significados que estão em permanente construção. (FAGUNDES, 2005, p. 9 e 10).

Para Joan Scott (1991), “[...] o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, ou seja, ser mulher é diferente de ser homem biologicamente falando, porém cada indivíduo adquire o papel (ser homem ou ser mulher) que foi construído na dimensão histórica, sociocultural, psicológica de cada um.

*“A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, acaba sendo vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros [...]”.*  
(BOURDIEU, 2003, p.20)

A idéia de que as mulheres são, fisicamente e intelectualmente, menos capazes do que os homens, é ainda muito aceita, percebe-se tal juízo em piadas, brincadeiras, que se consagra como normalidade (que é representada pelo heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero), a naturalização.

Esse é um dos processos de banalização, de normalização cotidiana e continuada, na qual valores são atribuídos, incorporados e repassados de forma natural e suave. Justamente por serem sofisticadas, complexas e imperceptíveis a um primeiro olhar, essas estratégias de aniquilamento ou de neutralização das atitudes da ordem masculina estabelecida devem ser evidenciadas e enunciadas a cada instante.

São associadas também as mulheres, a fofoca, a tagarelice, mas uma vez sendo determinado o estereótipo feminino, como se pode ver nesse trecho retirado de um jornal de grande circulação: “Um amigo pergunta a outro: - Porque razão Jesus, ao ressuscitar, mostrou-se em primeiro lugar a uma mulher? – Porque queria que a notícia se espalhasse depressa”. São as práticas comuns e rotineiras, os gestos, as expressões e as palavras

banalizadas que precisa se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento e de suspeita.

Como nos afirma Louro (1997, p.63) “o processo de fabricação dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades, nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos”. Tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, é saber reconhecer e perceber o não-dito. Esses são processos de ocultamento, de invisibilidade.

Quando as práticas são consideradas inapropriadas para determinado gênero, ele ou ela é levado (a) a aprender uma lição significativa: a lição do silenciamento e da dissimulação (aprender a se esconder torna-se parte do capital sexual da pessoa). É como se o silenciamento fosse a garantia da conservação dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. Como afirma Gohn:

*Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições. Aprende-se a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. (Gohn, 2001, p. 19)*

Secularmente foram incorporados na moral feminina, virtudes relacionadas à passividade, submissão e doçura. No momento em que uma parcela do gênero feminino precisa se adaptar as novas condições de vida, tendo que rever todas as verdades morais herdadas pelas gerações anteriores. O gênero não é o único meio, mas ele parece ter se constituído um elemento permanente, persistente e recorrente, tornando eficaz a significação do poder no ocidente.

*Tanto homens quanto mulheres têm todo o direito de lutar, respeitando suas diferenças e localizações sociais, pela emancipação humana. (August Bebel)*

## **2.2 Identidade de Gênero**

Identidade é uma experiência cultural, de caráter histórico, temporal e por isso modificável, instável, não havendo uma identidade fixa, e sim múltiplas. Identidade que cada indivíduo assume ao longo de sua trajetória de vida. Silva (2000, p. 96) também define:

*[...] a identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.*

As identidades são diferenciadas e dinâmicas, no tempo e no espaço e por isso cada um deve ir construindo sua identidade de acordo com seus interesses, gosto, sua história de vida. Não existem identidades masculinas e femininas padronizadas, imutáveis e essenciais (Fagundes, 2005, p. 13). Como se o fato de ter uma ou outra profissão, se vestir de um modo ou de outro, os tornasse homens ou mulheres; uma vez que a construção sócio-histórica é o mais relevante.

A questão da diferença entre mulheres e homens não pode ser equacionada teoricamente; decide-se e redecide-se em cada relação, sem que ninguém saiba *a priori*, qual é o seu lugar. (Yannoulas, 1994; Collin, 1992 apud Fagundes, 2005, P. 13). E não acreditar em verdades ditas como absolutas, como de que o sentido feminino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo, e o sentido masculino do Eu é fundamentalmente separado do mundo. Tornar-se homem ou mulher são também formas de se construir

socialmente como pessoa humana. As pessoas precisam aprender a congregar e a respeitar, toda a diversidade de seres, a ter ações afetivas associadas a menos inflexibilidade.

A história do sujeito passa a se constituir antes mesmo de seu nascimento (e é aí que a cultura atribui funções reais e simbólicas ao homem e a mulher, como que sendo essenciais e imutáveis). Antes mesmo de nascer o sujeito já se encontra submerso em uma rede de condições sociais: a qual família pertence, condições financeira e econômica, as crenças e valores socialmente incorporados, às expectativas dos familiares com relação ao sexo, dentre tantas outras coisas, tendo em vista que a presença do outro é condição imprescindível para a constituição e afirmação da identidade. Badinter (1993, p. 40) observa:

*[...] quando a atribuição do sexo no nascimento é evidente, a criança declarada menina ou menino na certidão é imediatamente percebida como tal pelos que a cercam e, em primeiro lugar, pelos genitores. O olhar destas e a convicção que têm quanto ao sexo de seu filho são determinantes para o desenvolvimento da sua identidade sexual.*

O sujeito em seu processo de socialização, da infância até a fase adulta, vai aprendendo a desempenhar papéis socialmente aceitos e historicamente/culturalmente construídos, para ser acolhido e se sentir ajustado ao meio em que vive.

Aos homens é atribuída a racionalidade, objetividade, competitividade, a praticidade, a determinação, a inteligência, a sabedoria (sabemos que muitos considerados sábios eram homens e por este motivo vê-se em Deus uma figura masculina) e, portanto, o status social mais elevado, o poder, ou seja, características valorizadas. Às mulheres, símbolo da submissão, da contemplação, da meiguice, da emoção, da sensibilidade e da maternidade e ainda encontram maiores dificuldades para legitimar sua autoridade e adquirir independência. “E, ao exercitar o desempenho desses papéis, muitas vezes precisa ‘se mascarar’, mostrar-se como alguém que é, não sendo, fazendo o



que não quer, mas o que convém...” (PAQUELET apud FAGUNDES, 2005, p.101). E acrescenta mais:

*Nessa construção, as identidades femininas e masculinas se moldam, a partir de toda uma bagagem de vivências, sejam elas afetivas, sociais, profissionais ou espirituais, forjando o que somos, como pensamos, a forma como agimos, mascarando sentimentos e desejos. O menino tem os papéis delineados de modo a vir a ser um homem viril, corajoso, forte e protetor, enquanto a menina aprende a ser mãe, esposa, mulher meiga e dócil, companheira suave, sentimental, leal e complemento do marido. (PAQUELET apud FAGUNDES, 2005, p.101)*

A dita fraqueza, deficiência associada às mulheres, em relação aos homens, não é resultado de sua natureza, mas de uma sociedade fundada nas relações de propriedade privada, tendo um modelo de educação diferenciada. A “debilidade” da mulher não poderia ser determinada em termos essenciais, mas em termos de instituição e de história.

Kolontai (2007) em sua obra intitulada “A nova mulher e a moral sexual”, tece profundas críticas ao casamento tradicional, por caracterizá-lo como expressão da subordinação da mulher ao homem, baseado nas relações sociais de propriedade privada. Porém, a referida autora postula a necessidade de uma ruptura na base material da sociedade em que se imponha a transformação e mulheres e homens.

Analisar a questão de gênero sob os influxos do marxismo, particularmente o casamento monogâmico se reporta à compreensão da forma como a sociedade se estrutura, como produz os meios de existência, portanto, para o marxismo às estruturas familiares, como quaisquer outras estruturas se modificam, até mesmo desaparecem.

No que tange a emancipação da mulher, Kolontai (2007) atribui uma importância aos “investimentos políticos concretos na mudança das condições de vida das mulheres para que as necessidades econômicas ou a

maternidade não sejam empecilhos a sua liberdade”. Essas afirmações se ancoram na seguinte passagem:

*Daí a importância da igualdade no direito ao trabalho, a ênfase sobre a libertação das mulheres, da escravidão do trabalho doméstico, das políticas em relação à maternidade. (Kolontai, 2007, p. 9)*

O capitalismo moderno cria a mulher moderna, que surge no “barulho infernal das máquinas da usina e da sirene das fábricas” (Kolontai, 2007, p. 15). A condição histórica do transcurso do modo de produção capitalista obrigou a mulher a se adaptar às novas circunstâncias gestadas pela realidade social, portanto, há necessariamente uma relação direta da conformação do tipo de mulher com o desenvolvimento histórico e econômico que compreende a humanidade.

O surgimento da mulher moderna só poderia despontar com o aumento significativo da força de trabalho feminino assalariado. De acordo com o pensamento de Kolontai:

*Os povos civilizados dispõem não de centenas de mulheres, mas sim de milhões de braços femininos. Milhões de mulheres pertencem às fileiras proletárias; milhares de mulheres têm uma profissão, consagram suas vidas à ciência ou arte (...). Mulheres que na luta pela subsistência contam apenas com suas próprias forças; de mulheres que não podem, segundo a tradição, viver unicamente dependendo de um marido que as mantenha. (Kolontai, 2007, p. 17).*

O avanço do processo de reprodução ampliada do capital e a subordinação real da formação social ao capital, incluem nessa formação a incorporação de milhões de braços femininos nas fileiras da classe trabalhadora, produtora de mais-valia para o capitalismo.



---

### CAPÍTULO III - A relação do Gênero com a Educação

### **3 Educação para a reprodução ou para a transformação?**

Ao reportar a educação, é fundamental a distinção entre a educação sistemática, efetuada, sobretudo através da Escola, e a assistemática, que compreende os vários processos de transmissão cultural (os responsáveis por essa difusão de valores culturais, sociais, morais são a família, a igreja, a comunidade). Mas muitos autores, como Paulo Freire, Arroyo, Gohn, Hernández que se dedicam à reflexão educacional, afirmam que grande parte do esforço/responsabilidade dessa transferência, tem sido destinada as escolas.

Porém, o que vêm acontecendo na prática educativa é a ênfase ao ensino essencialmente profissionalizante, subordinado aos interesses do capital, centrada apenas no fator econômico e a sua redução a simples transmissão automática de conhecimentos do professor ao estudante. A instituição escolar não se dá conta do papel fundamental na transformação ou na reprodução (adestramento) de valores.

Contudo, a escola apesar de todas as falhas continuamente a ela atribuídas é o local onde os indivíduos se encontram, trocam experiências, aprendem e estão em constante interação e desenvolvimento, pois é na “interação com o meio, que o individuo internaliza o significado de ações coletivas produzidas numa relação dialógica”. (Fagundes, 2005) A escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe, reconhece-se que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; admitindo-se que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão.

Acredita-se que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida. Então se a escola é um instrumento de hegemonia, não se pode abandonar esse

espaço, já que a intenção é estabelecer um novo bloco de poder. Porque se omitir, seria deixá-lo ao uso exclusivo da classe dominante, patriarcal, branca.

E como seria esse educar? Desenvolver somente aspectos cognitivos, gramaticais, lógicos? Somente um modo de acumular conhecimentos teóricos e técnicos? A escola está ajudando na integração social e cultural? A escola está preparando o indivíduo para a vida ativa? A escola está servindo como agente de reprodução ou como agente de transformação na sociedade? A educação é responsável por manter e reproduzir uma sociedade sexista, racista, machista?

A escola vem se tornando cada vez menos inclusiva para uma maioria e mais exclusiva para uma minoria, como afirma Gandini (1980) sobre a educação "... mercadoria cujo consumo está restrito às camadas mais privilegiadas e cuja oferta também é dirigida a essas mesmas camadas". O que a escola tem feito é dividir, segregar; já que ela reproduz ideologias que atendem grupos isolados da sociedade, esta patriarcal (masculina), heterossexual e branca.

*Ora, a educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos. Nas sociedades de classes ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes.*

*Na sociedade capitalista isto é ainda mais forte e insidioso porque as aparências indicam que uma formação de boa qualidade é acessível a todos, enquanto a essência evidencia que tanto o acesso universal quanto a qualidade não passam de uma falácia. (Tonet, 2006, p.19)*

E para conseguir hierarquizar, subordinar, legitimar ou desqualificar os sujeitos, a escola vem mantendo a separação e a hierarquização entre homens e mulheres, através de diferentes mecanismos e de um arcabouço de regulamentos, materiais didáticos, procedimentos de ensino, de instrumentos de avaliação e ordenamento, do currículo. Lima (apud Fagundes, 2005, p.143) nos alerta "que o currículo não é um artefato inocente e imparcial a interesses de grupos hegemônicos. Ele produz identidades individuais e coletivas e se

estabelece por via de relações de poder que engendram e massificam reações e condutas”. E Rousseau, ressalta:

*Quando se transmite uma educação para a insensatez, reduz-se o indivíduo à arte de agradar, infunde-lhe a hipocrisia criando uma espécie de conformismo – “[...] uma uniformidade desprezível e enganosa” – que abafa a sinceridade dos indivíduos. “[...] incessantemente seguem-se os usos e não o próprio gênio. Não se ousa a parecer o que se é [...]” É preciso ser plenamente inteiro, dono de si.*

E como lidar com as discussões de gênero, se os meninos e as meninas/ homens e mulheres continuam chegando à sala de aula com idéias pré-estabelecidas devido à herança cultural transmitida pela sociedade (igreja, família, Estado, e atualmente pela Indústria Cultural)? Os discursos legais, as diretrizes pedagógicas ou as teorias educacionais, não podem tratar gênero como algo transversal.

Mas ainda é assim, a escola é idealizada como o estabelecimento de sustentação histórica da preponderância patriarcal sobre a mulher, por isso a dominação masculina se encontra tão enraizada e se perpetuando na sociedade. E esse predomínio do macho é apreendido e somatizado também através do processo educacional. A escola, objetiva e explicitamente, constitui sujeitos masculinos e femininos heterossexuais, nos modelos da sociedade em que a escola se inscreve.

A escola ainda pensa e reproduz a constituição dicotômica das posições e atividades que acreditam só poderem ser desempenhadas pelo homem ou pela mulher. É também umas das principais instituições que tem se encarregado de reforçar papéis sociais de gênero. A mulher pode ser o que desejar ser, desde que haja um interesse próprio; assim como o homem também, se quiser ser bailarino, costureiro, não pode sofrer preconceitos e “rotulações” pela escolha. As mulheres logo são chamadas de moleque macho ou até chegam a duvidar da sua opção sexual, a mesma coisa acontece com os homens. Acredito ser ainda mais forte com os homens esse tipo de preocupação, principalmente com relação à sexualidade. Assim como também

homens e mulheres podem ter os mesmos comportamentos, preferências, escolhas, tudo depende da história de vida e da vontade própria de cada indivíduo. Como analisa Muraro e Boff (2002, p. 46) “[...] tanto o homem como a mulher projetam, ao seu modo, a existência, têm as suas maneiras próprias de tecer as relações, de costurar as rupturas existenciais e sociais e de elaborar um horizonte utópico”.

A educação deve restabelecer o território perdido – real ou imaginário – investindo nos afetos desterritorializados, edificando ou reconstruindo tais territórios e validar tal investimento como busca de identidade. Mas o que “a escola, muitas vezes, o que faz é quebrar identidades, quebrar a auto-estima.” (Santos, 2001).

Para que a escola não limite as potencialidades de meninos e meninas, rapazes e moças, homens e mulheres na sua formação social, intelectual, criando modelos culturais divididos, ela necessita apropriar-se e perceber a importância da educação, para que cada indivíduo, (apesar de homens e mulheres serem biologicamente diferentes) mesmo assim possam ser tratados como seres humanos iguais em direitos perante a vida. As reflexões sobre o tema gênero contribuem para a formação de uma nova concepção de educação, em que a aprendizagem, a liberdade, a criatividade, a alegria, a democracia e o desenvolvimento possam ser respeitados e garantidos. Por isso, o tema gênero não pode ser tratado como tema transversal, o que vem fazendo os discursos legais, as diretrizes pedagógicas e as teorias educacionais, enfim a educação.

A educação sozinha não pode mudar o homem ou a sociedade, pensar assim chega a ser ingênuo, idealista e reducionista, mas se a escola emite bons e positivos estímulos externos, o homem traduz e reconstrói o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada. Como analisa Fagundes (2005, p.13):

*[...] como um ato político, a educação assume o compromisso de formar a personalidade das pessoas, transmitir valores, determinar o permitido e o proibido, ajudar a construir sua identidade, em especial a de*

*gênero. Também a escolha profissional está inserida no conjunto dessas determinações que a sociedade e os sistemas escolares impõem para os homens e, principalmente, para as mulheres.*

Ressaltando, a escola deve afinar o olhar, estimular inquietações, ter a escuta sensível, provocar questões para que toda a ordem imposta seja colocada abaixo. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos e sim que sentidos nossos(as) alunos(as) dão ao que aprendem. (LOURO, 1997, p. 64). A educação deve reivindicar como afirma Andery (2001):

*Uma razão que opere não só na mente do indivíduo, mas na sociedade, ou seja, ele reivindica uma razão convertida em práxis; uma razão que restitua moralidade ao progresso científico. A razão deixa de ser, então, recipiente (conteúdo das idéias inatas, das verdades eternas, dos critérios de verdade) para ser instrumento de transformação.*

E por parte dos educadores deve haver um desenvolvimento político, autodisciplina e consciência crítica constante, contínuo, para que assim eles possam realizar uma prática educativa que permita:

*a) questionar toda forma de pensamento único, o que significa introduzir a suspeita sobre as representações da realidade baseadas em verdades estáveis e objetivas;*

*b) reconhecer, diante de qualquer fenômeno, [...] as versões da realidade que representa e as representações que tratam de influir em e desde elas;*

*c) incorporar uma visão crítica que leve a perguntar-se a quem beneficia essa visão dos fatos e a quem marginaliza...*

*d) introduzir, diante do estudo de qualquer fenômeno, opiniões diferenciadas, de maneira que o aluno comprove que a realidade se constrói desde pontos de vista diferentes, e que alguns se impõem frente a outros não pela força dos argumentos, e sim pelo poder de quem os estabelece [...]. (HERNÁNDEZ, 1998, P.33)*

A inserção da mulher no mercado de trabalho provoca novas necessidades no modelo econômico e necessidades de complementação da



renda familiar, em torno de assuntos como a igualdade e contra as discriminações. Mas a escola transporta sem nenhuma discussão, elaboração e nem mesmo informação, uma educação para as mudanças que estavam e estão acontecendo a todo o momento na sociedade.

E é por meio dos processos de educar que emergirão possibilidades de reconstrução da identidade em uma dimensão coletiva, visando um melhor convívio no coletivo. A relação educativa tem que oferecer às pessoas elementos como estímulos, criticidade, sugestões, as várias possibilidades de situações de dominação/ supremacia. Nessa perspectiva, nos lembra Lima (apud Fagundes, 2005, p.145) “a façanha pedagógica está em interrogar, questionar e historicizar tanto a cultura dominada quanto a cultura dominante. Não se trata da justaposição de uma sobre a outra, mas da inserção de um debate vivo e proveitoso para a tarefa do pensar complexo e para a produção do conhecimento, protagonizado pelos sujeitos na escola”.

E esse é o papel da educação: estimular, informar, dar subsídios para que novos e críticos elementos sejam incorporados. Educar para a cooperação geral.



---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi baseado no suporte de teóricos (as) e pesquisadores (as) conceituados (as) tais como: Joan Scott, Fagundes, Andrea Nye, Marx, Bebel, Alexandra Kolontai, dentre outros, sendo priorizado um fenômeno contemporâneo, partindo em busca de informações que trouxessem um conhecimento/base teórico, para um contexto já percebido nas minhas convivências e por ser este também um tema com debate ausente nas escolas.

Foram escolhidos e abordados dois temas – gênero e educação – porque as questões de gênero têm sido tratadas como tema transversal e tem recebido pouca ou nenhuma atenção nos debates educacionais.

E a partir desse estudo teórico pude perceber de que forma as lendas, mitos, parábolas contribuem na construção das diferenças, pude analisar o conceito de gênero, identidade de gênero e também a educação. Percebe-se também como estes vêm sendo utilizados para ressaltar as diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito à construção social, não com base no sexo, mas nas questões sociais e históricas, que estão presentes nas dimensões afetiva, sexual, familiar, política e religiosa.

As distorções e os equívocos ideológicos que cercam o universo do gênero dão margem aos preconceitos e discriminação. É preciso “entender que homens e mulheres, ao nascerem, têm potencialidades genéticas, inclinações e tendências. Mas o que decide a vida dos seres humanos não é a anatomia ou o código genético, e sim, o processo de socialização que lhe é possibilitado”. (CRAVO, 2006, p. 111)

Pode-se perceber que enormes possibilidades econômicas, sociais, sexuais e políticas públicas abertas às mulheres (desde os direitos civis à revalorização do corpo e à autonomia sexual) foram conquistadas ao longo dos anos. Mas que para romper com estes padrões preconceituosos e machistas é confrontar com os interesses, conscientes ou inconscientes da sociedade.

A educação deve priorizar o desenvolvimento pessoal e o fortalecimento da auto-estima, do senso crítico e da integração entre os gêneros. Uma educação em que todos os indivíduos sejam respeitados independente de sua etnia, classe e gênero e desse modo construir caminhos que possam possibilitar seres confiantes, cooperativos, livres e aptos para transformar a sociedade.

A escola precisa ampliar as discussões e debates em torno da questão de gênero afastando as dicotomias dominador/ dominado, masculino/feminino, que há gerações, dividem e oprimem. Precisa inserir em suas práticas uma postura mais crítica e segura, sem hierarquias, sem categorização e privilégios entre os sujeitos.

Pois é na escola, que existe a possibilidade de aumentar as discussões em torno dessa questão, sendo possível até gerar alternativas significativas para pensarmos em novas reflexões e possíveis transformações sobre esse tema.

As desigualdades não precisam ser buscadas nas diferenças biológicas, “mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação”. (Louro, 2004, p.22). É necessário se afastar das proposições essencialistas; não se deve acreditar nas hipóteses de que exista algo a priori. Passa a se exigir um pensamento plural, aguçando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são múltiplos.

As desigualdades “continuarão a nos rondar neste novo milênio, a menos que alianças transnacionais possam ser criadas, com sucesso, entre os grupos das classes trabalhadoras e dos marginalizados através da mobilização política em torno de questões que incluem a exploração econômica, o racismo, o sexismo e a homofobia”. (McLaren, 2002, p.105) Se o patriarcado teve um começo histórico, pode também ter um fim histórico.

Uma formação integral do sujeito é uma impossibilidade absoluta nessa forma de sociabilidade regida pelo capital. Uma formação realmente integral supõe a humanidade constituída sob a forma de uma legítima comunidade humana, e esta pressupõe, essencialmente, a supressão do capital.

A formação humana total como o acesso, por parte do sujeito, aos bens, materiais e espirituais, necessários à sua autoconstrução como membro pleno do gênero humano, então formação integral implica emancipação humana. Porém, tal forma de sociedade requer, necessariamente, um tipo de trabalho que tenha extinguido a exploração e a preponderância do homem pelo homem.

A educação, voltados para o atendimento das necessidades humanas e não para a reprodução do capital, se transformará, nos limites que lhe são adequados, numa real explicitação das potencialidades humanas.

Por sua vez, esta forma de educação possibilitará – a todos – o acesso à riqueza espiritual e o auto-desenvolvimento naquelas atividades mais especificamente humanas. Assim estarão dadas as condições para um desenvolvimento harmonioso dos diversos aspectos do ser humano (o que não quer dizer imune de conflitos).

Não se pretende responder a todas as questões, mas o importante é enunciá-las, apontá-las e denunciar os mecanismos sutis de desqualificação e de humilhação social que operam na nossa cultura, em relação às mulheres, ao modo de agir feminino e à cultura feminina.

## REFERÊNCIAS:

**ANDERY**, Maria Amália Pie Abib. *Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica*. 10. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ São Paulo: EDUC, 2001. p. 220-346.

**BADINTER**, Elisabeth. *XY – sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

**BAHIA**, Governo do Estado, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. *Plano Estadual para as Mulheres*. Gráfica e Editora Liceu LTDA., Salvador, 2006.

**BEBEL**, August. *La Mujer y El Socialismo*. Akal, 1977.

**BOURDIEU**, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner, 3. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

**BOZON**, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

**CRAVO**, Alessia Costa de Araújo. *Brincadeiras infantis e construção das identidades de gênero*. 2006. Tese de Mestrado.

**FAGUNDES**, Tereza Cristina P. Carvalho (org.). *Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero*. Salvador: Helvécia, 2005.

**GANDINI**, Raquel Pereira. *Industrialização e educação: educação hoje: mercadoria*. Educação & Sociedade. Campinas, v. 7, 1980.

**GOHN**, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação* - 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

**HERNÁNDEZ**, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

**KOLONTAI**, Alexandra. *A nova mulher e a Moral sexual*. 3ª reimpressão: março de 2007. Editora Expressão Popular.

\_\_\_\_\_ *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. Traduzido por Lígia Gomes. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

**LOURO**, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrólis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_ *A emergência do Gênero*. Gênero, sexualidade e educação. Editora Vozes, 2004.

**MARX**, Karl. *Sobre o suicídio*. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

**MCLAREN**, Peter. **FARAHMANDPUR**, Ramin. Tradução de Márcia Moraes. *Pedagogia revolucionária na globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

**MURARO**, Rose Mary; **BOFF**, Leonardo. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

**NYE**, Andréa. *Teoria feminista e as filosofias dos homens*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

**PASSOS**, Elizete Silva. *Palcos e platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

**PATEMAN**, Carole. ***O contrato sexual***. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

**PRIORI**, Mary Del. (org.); **BASSANEZ**, Carla. (coord. de textos). ***História das Mulheres no Brasil***. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

**RAGO**, Margareth. ***Feminizar é preciso: por uma cultura filógina***. São Paulo. Em Perspectiva, 2001.

**SAFFIOTI**, Heleieth. ***A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade***. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_ ***O poder do macho***. São Paulo: Moderna, 1987.

**SANTOS**, Gislene A. (org.). ***Universidade, formação, cidadania*** – Miguel Arroyo. São Paulo: Cortez, 2001.

**SCOTT**, Joan. ***Gênero: uma categoria útil de análise***. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S. Corpo, 1991.

**SILVA**, Tomaz Tadeu da. (org). ***Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais***. 3.ed. Petrópolis , Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

**TONET**, Ivo. Artigo ***“Cidadania ou Emancipação Humana?”***. Encontrado no google em formato PDF. Último acesso dia 26 de junho de 2008.

\_\_\_\_\_ Artigo ***“Educação e formação humana”***. Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE. Campus de Foz do Iguaçu, v.8, nº 9, p. 9-21, 2º semestre de 2006.

**UZÊDA**, Sheila de Quadros. ***Identidade feminina e sexualidade na concepção de mulheres com Síndrome de Down: educação sexual como caminho para a construção de maior autonomia***, 2006.



**VERÍSSIMO**, José. *A educação nacional (1890)*. 3.ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985.

**VYGOTSKY**, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

[http://www.mackenzie.com.br/Elaine\\_C.\\_Prado\\_dos\\_Santos.pdf](http://www.mackenzie.com.br/Elaine_C._Prado_dos_Santos.pdf).

Ultimo acesso dia 26 de junho de 2008.